

Sindicalistas conseguem avanço

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Três emendas vão garantir, até a votação do projeto de Constituição em plenário, as bases para o fechamento das negociações entre líderes sindicais e os representantes do Centrão, do Grupo dos 32 e do Centrão: são as emendas que estabelecem aumento nos percentuais de multa sobre o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando da dispensa do trabalhador, de 50%, 40% e 30%, respectivamente.

Ao final das negociações que ainda estão em andamento, os grupos envolvidos deverão "pinçar" uma destas emendas, por meio de pedido de destaque, e tentar garantir uma multa menor para as empresas, pelo trabalhador que tiver sido demitido desde 1º de janeiro deste ano — um efeito retroativo limitado, conseguido nos entendimentos com os parlamentares pelos dirigentes sindicais que ficaram em Brasília terça e quarta-feira.

Os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Luís Antônio Medeiros, e dos Eletricistas, Rogério Magri, ambos de São Paulo, consideraram "um bom avanço" a apresentação das três emendas — a do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que prevê 50% de multa; e as do deputado José Geraldo (PMDB-MG), uma de 40% e outra de 30%.

A parte do acordo realmente "fechada" entre sindicalistas e grupos políticos (Centrão, Centrão e Grupo dos 32) refere-se ao artigo que remete para a lei complementar a definição do montante a ser pago ao trabalhador, a título de indenização, no caso de demissão sem justa causa ou de forma arbitrária. Ficou praticamente acertado, por volta das 22 horas de terça-feira, duas horas antes do fechamento do guichê para apre-

sentação de emendas, que, enquanto a lei complementar não for votada, deverá haver alguma espécie de garantia para o trabalhador, como, por exemplo, um mês de salário para cada ano trabalhado, a contar de 1º de janeiro deste ano.

A preocupação de Medeiros e Magri em "amarrar" algumas garantias para o trabalhador até a aprovação da lei complementar é evitar que a classe trabalhadora fique no "limbo" e que haja dispensa em massa. Ao obterem esta garantia, com o apoio do Centrão, do Grupo dos 32 e de algumas resistências do Centrão, os líderes sindicais praticamente fecharam as negociações. Faltam, é certo, novas rodadas de negociações em Brasília, mas apenas para fixar o percentual de multa sobre o FGTS — atualmente é de 10% sobre o saldo do fundo. De sua parte, os grupos políticos pretendem fazer uma análise do impacto que cada um dos três percentuais representará para o passivo das empresas.

MAIS DE 2.000 EMENDAS

Os constituintes apresentam um total de 2.045 emendas ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Desse total, 29 são coletivas e, portanto, terão preferência na votação, quando forem reiniciados os trabalhos em plenário, dia 27. Esse número, embora oficial, está sujeito a confirmação, porque, durante todo o dia de ontem, os funcionários da secretaria da Constituinte ainda estavam fazendo a conferência do número de assinaturas e verificando sua autenticidade. A expectativa do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, é de que hoje o trabalho esteja concluído.

Até as 20 horas de ontem, apenas cinco emendas coletivas estavam totalmente conferidas e, portanto, aceitas pela Mesa: as do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), propon-

do a criação do Estado de Tapajós, com 283 assinaturas; do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que cria o voto ponderado para a eleição presidencial, com 297 assinaturas; do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), propondo alterações na instituição de impostos, com 285 assinaturas; do deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), que implanta o parlamentarismo mitigado, com 335 assinaturas; e do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que propõe cinco anos de mandato para o presidente Sarney, com 317. As demais emendas estavam sendo analisadas pelos funcionários da secretaria da Constituinte.

Todos os funcionários da Câmara, que trabalham nas várias secretarias, foram deslocados para fazer a conferência das assinaturas, etiquetar as folhas das emendas coletivas, xerocar o material e encaminhá-lo ao setor de avulsos e digitação. Caso haja algum erro técnico na apresentação das emendas, ou se o número de assinaturas não chegar a 280, poderá haver impugnação. Esse trabalho vinha sendo feito à medida que as emendas eram entregues. Mas, como a maioria deixou para dar entrada nas emendas à última hora, o acúmulo foi inevitável. O principal responsável pelo atraso, contudo, foi o Centrão, que entregou suas dez emendas coletivas quando faltavam apenas quatro minutos para o fechamento do guichê.

POLÍCIA

Uma das emendas, apresentada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), pede o fim da Polícia Militar, com a incorporação de seus equipamentos e efetivos pela Polícia Civil. Segundo o parlamentar, a única resistência ao seu projeto parte de oficiais da PM. Para os soldados, no entanto, só existiam vantagens, como salários mais altos e a dispensa do uso de uniforme, considerado "in-

salubre" pelo deputado. Na justificativa, Jefferson diz que a PM, além de não conseguir fazer o policiamento ostensivo a contento, sempre provocou polêmicas relativas às destinações específicas das Forças Armadas e da Polícia Civil.

A seu ver, haveria ainda vantagens econômicas: "Se o quartel da Rota, no centro de São Paulo, ou o 5º BPM, no centro do Rio, fossem vendidos a uma imobiliária, com o dinheiro arrecadado poderiam ser construídas umas 20 novas delegacias em cada capital, de manutenção mais barata que a dos quartéis da PM, que contam com refeitórios, dormitórios, etc".

Jefferson cita como modelo a ser adotado no Brasil o sistema norte-americano de delegacia civil, estruturado em carreira, em que o guarda de quartelão pode chegar a delegado. "Mas é claro que os marajás da polícia paulista vão se opor à idéia", lamentou.

APOSENTADOS

Já o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) conseguiu sozinho uma verdadeira proeza: em 48 horas, coletou 305 assinaturas para a emenda coletiva, de sua autoria, sobre a questão da seguridade social. A emenda do deputado petebista garante o reajuste e a atualização dos benefícios dos aposentados de forma a preservar os valores reais. A média para o cálculo do valor do benefício recairá sobre os 36 últimos salários, corrigidos mensalmente, obedecidas as seguintes condições: após 35 anos de trabalho para os homens e 30 para as mulheres, podendo ser proporcional aos 30 e 25 anos, respectivamente. Todos os benefícios deverão ser pagos no mês imediatamente posterior ao reajuste, acabando, desta forma, a defasagem atual de até três meses. Já o Centrão apresentou emenda reduzindo de 36 para 12 os meses para a base de cálculo.



Sant'Anna, Lobão, Sarney e Iensen felizes com cinco anos

Sarney agradece a confiança de Iensen

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De braços abertos, muito sorridente, o presidente José Sarney recebeu ontem em seu gabinete o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda pelos cinco anos de mandato, levado ao Palácio do Planalto pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Em clima de festa, o presidente agradeceu "o reconhecimento e confiança" dos 317 constituintes que assinaram a emenda.

Além de Iensen e Sant'Anna, o senador Edison Lobão (PFL-MA) e os deputados Milton Reis (PMDB-MG) e Alexandre Puzyna (PMDB-SC) garantirão ao presidente, durante a audiência, que a fixação do mandato de cinco anos "está tranqüila" e a

vitória será assegurada com uma margem de votos no plenário superior à coleta das assinaturas. Segundo Iensen, alguns parlamentares, cujos nomes não aparecem na lista dos assinantes, já fizeram declaração de voto ao Centrão em favor do mandato de cinco anos do presidente Sarney. Na sua avaliação, no plenário a emenda receberá 340 votos. Iensen e Lobão contaram ao presidente como iniciaram o processo de coleta de assinaturas, durante o qual exigiram que os signatários assumissem o compromisso de reiterar, através de voto em plenário, o gesto favorável à manutenção de Sarney no poder. Iensen disse não ter dúvidas de que os cinco anos são também a aspiração do povo, apesar de reconhecer que o governo não vem tendo altos índices de popularidade nos últimos tempos.



Lucena obtém 349 assinaturas para emenda presidencialista

Lucena explica sua emenda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda que propõe o presidencialismo não-ortodoxo alcançou 349 assinaturas, segundo o presidente do Senado, Humberto Lucena. A emenda, de autoria do próprio Lucena, do senador Edison Lobão (PFL) e dos deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), estabelece em cinco anos o mandato do presidente, mas não diz respeito ao mandato do presidente Sarney. Ontem a conferência das assinaturas indicava que esta emenda teria nove assinaturas a mais que a de Egydio Ferreira Lima pró-parlamentarismo, que conta com 340 assinaturas.

Segundo Lucena, o propósito desta modalidade de presidencialismo não-ortodoxo, que segue as linhas ge-

rais do modelo uruguaio, é abrir caminho para a implantação do parlamentarismo, dentro de dois ou três anos. Em sua opinião, o Legislativo sai fortalecido, mesmo porque não abre exceções casuísticas, tendo os ministros militares o mesmo tratamento de todos os demais. A emenda prevê que os ministros de Estado podem ser afastados através de um voto de censura, por iniciativa de pelo menos um terço da Câmara. A aprovação ocorreria com o percentual mínimo de dois terços dos deputados favoráveis.

Justificando sua emenda, o senador disse que, com eleição presidencial em dois turnos, é absurdo que um presidente seja eleito para ser apenas chefe de Estado, sem poderes de governar efetivamente. "Além disso — argumentou ele —, neste momento o parlamentarismo se contrapõe aos anseios populares."

Votação será feita pela ordem. Sem inversões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A duração do mandato do presidente José Sarney e a questão do sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — não serão decididas logo no início da votação em plenário do projeto de Constituição, marcado para o dia 27. A votação será feita pela ordem em que as matérias estão distribuídas, começando pelo preâmbulo. Não será admitido, como estabeleceu a última reforma regimental, requerimento de preferência de um capítulo sobre outro. As prioridades e preferências serão concedidas na hora da votação da respectiva matéria.

Para o parecer que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresentará sobre as 2.045 emendas oferecidas ao projeto da Comissão de Sistematização, há duas hipóteses. Ou a Mesa coloca em votação, no mesmo dia 27, todo o documento, sempre ressaltados os destaques, tanto para as emendas com parecer favorável como para as que tenham parecer contrário, ou adota o mesmo procedimento, mas de forma parcial, apenas em relação às emendas endereçadas ao preâmbulo. E o documento,

nesse caso, será analisado sempre no início da votação de cada título.

Desde ontem, o relator está examinando as 2.045 emendas apresentadas. Tudo que resta agora para ser votado são o próprio projeto da Comissão de Sistematização, essas 2.045 emendas e mais as 122 emendas populares. Estas, propostas por diversas entidades e inscritas por, no mínimo, 30 mil eleitores, foram as únicas preservadas pela reforma regimental. Todas as demais emendas, cerca de 30 mil, apresentadas nas fases anteriores da Constituinte, foram declaradas prejudicadas e arquivadas.

O relator concluirá o exame das emendas até o dia 20. No dia seguinte, seu parecer será publicado e então abre-se prazo de três dias para que os constituintes apresentem requerimentos de destaques (até seis para cada um). Eles podem pedir que seja destacada, para votação em separado, qualquer parte ou texto de emenda, de substitutivo ou do projeto. Se o destaque for para aprovar ou suprimir parte do projeto ou de substitutivo, só terá efeito se aprovado por maioria absoluta, ou seja, no mínimo 280 votos. Há, porém, outra hi-

pótese — e essa foi uma das vitórias do Centrão. Se pelo menos 187 constituintes subscreverem um pedido de destaque para votar em separado qualquer parte do projeto ou de substitutivo, ela só poderá ser mantida se obtiver o mínimo de 280 votos favoráveis. Se não alcançar esse número, será considerada rejeitada.

As 27 emendas inscritas por mais de 280 constituintes terão preferência automática e, se mais de uma for sobre a mesma matéria, a prioridade caberá a que tiver maior número de assinaturas. Essas emendas ainda terão outra vantagem: se não alcançado o quórum de 280 votos para sua aprovação numa sessão, a votação será repetida em outra, com intervalo mínimo de 24 horas entre as duas.

Outras preferências poderão ser requeridas, mas só serão concedidas se aprovadas pelo plenário. O constituinte que quiser, por exemplo, preferência para a votação de determinado destaque, terá de encaminhá-lo à Mesa, até às 18 horas do dia que anteceder o início da votação do respectivo título, requerimento assinado por no mínimo outros 55 parlamentares. E seu requerimento será colocado em votação.

Cabral deve dar parecer até dia 20

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Começou ontem a correr o prazo do relator Bernardo Cabral para apresentação de seu parecer sobre as emendas ao anteprojeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, que termina dia 20. O deputado pelo Amazonas, como vem fazendo desde o início do enca-

minhamento dessas propostas, passou todo o dia de ontem reunido com os relatores auxiliares José Fogaça, Adolfo de Oliveira, Konder Reis e com o seu assessor Antônio Pojo.

Bernardo Cabral vem se dedicando a catalogar as emendas individuais e coletivas, encaminhadas pelos constituintes e pelo Centrão, com vistas a preparar, inicialmente, uma

sinopse sobre os assuntos. Somente depois de elaborado esse quadro comparativo, é que o relator vai redigir seu parecer.

O parlamentar não pode modificar ou substituir emendas, mas somente acolhê-las, ou rejeitá-las. Ele explicou que é obrigado a acolher as emendas com mais de 280 assinaturas, pois elas têm preferência automática para votação.

Na saúde, a preferência é do Centrão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Apenas o Centrão conseguiu ontem obter mais de 280 assinaturas para as emendas coletivas apresentadas para o setor de saúde, portanto, terá preferência automática para a votação em plenário. No primeiro artigo do capítulo, a emenda do Centrão separa completamente a atuação dos setores público e privado no atendimento à população. Também acrescenta a palavra "público" ao setor único e nacional de saúde, que será hierarquizado e mantido no setor privado, que não terá essa particularidade, mas poderá atuar livremente na assistência à população.

Todas as outras emendas no setor de saúde foram individuais. "A briga será individual, em plenário", previu o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), um dos maiores defensores da ampliação da iniciativa privada na área de saúde, cujas emendas também não obtiveram o número necessário para votação preferencial na última fase dos trabalhos da Constituinte.

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, um dos fundadores do Centrão, diverge do seu grupo no capítulo da saúde. Ele apresentou emenda individual insistindo que "as ações e serviços de saúde são de natureza pública" e pretende votar em plenário no projeto da Sistematização.

Tanto Sant'Anna quanto o senador José Fogaça apresentaram emendas proibindo todo tipo de comercialização do sangue humano, bem como sobre as condições relativas à doação, coleta e ao processamento do produto e seus derivados, para fins de transfusão com segurança.

No capítulo da saúde, o PT apresentou emenda, através dos deputados Eduardo Jorge e Abigail Feitosa, ampliando os direitos dos trabalhadores.